

**HABEAS CORPUS Nº 493.112 - SP (2019/0040566-0)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : JUCIARA MIRANDA DE FREITAS**  
**ADVOGADO : JUCIARA MIRANDA DE FREITAS - SP212977**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : NATALIA FATIMA MONTEIRO DE OLIVEIRA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Natalia Fatima Monteiro de Oliveira**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Apelação n. 00012284420148260220) – fl. 56:

ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - CONDENAÇÃO ALICERÇADA EM PROVA SEGURA DA AUTORIA - DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS EM SINTONIA COM O ACERVO PROBATÓRIO, A MERECER CREDIBILIDADE - CONDENAÇÕES CORRETAS - PENAS BEM DOSADAS - REGIME DE CUMPRIMENTO DA CARCERÁRIA ADEQUADO - RECURSOS NÃO PROVIDOS.

Consta dos autos que a paciente foi condenada à pena de 3 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 816 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 35, *caput*, c/c o art. 40, VI, ambos da Lei n. 11.343/2006.

*Afirma-se que a paciente, ao tempo de sua prisão, estava grávida, conforme teste de gravidez realizado pela penitenciária na qual está presa, encontra-se hoje com 8 (oito) meses de gestação. Importante frisar que foi concedido através do HC n. 471.088/SP a ordem para que o juiz de 1ª instância ou da Vara das Execuções analisasse a concessão de prisão domiciliar, porém foi negado, conforme decisão anexa (fl.4).*

Requer-se seja aplicado o regime aberto, com a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É o relatório.

Nos autos do HC n. 471.088/SP, concedi a ordem para determinar que o Juízo da Vara de Execuções de Guaratinguetá/SP procedesse ao exame do pedido de prisão domiciliar da paciente, nos termos da decisão proferida pela Suprema Corte, no julgamento do HC n. 143.641/SP.

A impetrante junta, à fl. 77, decisão do Juízo da execução, indeferindo o pedido de prisão domiciliar, ao entendimento de que não seria aplicável às presas com condenação já transitada em julgado, caso da ora paciente.

Ainda que a decisão de fl. 77 não tenha sido submetida ao Tribunal estadual, verifico manifesta ilegalidade a ensejar a concessão da ordem, de ofício, a exemplo do que decidi, com relação à corré Liliane Jovino, nos autos do HC n. 460.999/SP.

Ocorre que, com relação ao pedido de prisão domiciliar, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento ocorrido no dia 20/2/2018, nos autos do HC n. 143.641/SP, concedeu a ordem para **determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar – sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal – de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes**, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei n. 13.146/2015), relacionadas no referido processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelo juízes que denegarem o benefício. **No mesmo julgamento, a ordem foi estendida, de ofício, às demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem como às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições**

**previstas no parágrafo acima.**

As situações excepcionalíssimas, assim, devem ser analisadas individualmente pelo Juízo da execução, avaliadas as circunstâncias fáticas de cada caso concreto. Reitero que a decisão da Suprema Corte estendeu a ordem, de ofício, a todas às demais mulheres **presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem como às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional. Não há óbice, assim, que o pleito seja analisado também com relação às presas definitivas, não estando restrito o benefício às prisões de natureza cautelar.**

Destaco, ainda, que, *segundo o entendimento desta Corte, a melhor exegese [...] do art. 117 da Lei n. 7.210/1984, extraída dos recentes precedentes da Suprema Corte, é na direção da possibilidade da prisão domiciliar em qualquer momento do cumprimento da pena, ainda que em regime fechado, desde que a realidade concreta assim o imponha (HC n. 366.517/DF, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 27/10/2016).*

**O óbice apontado pelo Juízo da execução, assim, não inviabiliza o deferimento da prisão domiciliar, sendo certo que a Sexta Turma desta Corte também tem decidido na linha de ser descabida a discussão acerca de necessidade dos cuidados maternos à criança, pois a condição é legalmente presumida. Confira-se:**

PROCESSUAL PENAL E PENAL. *HABEAS CORPUS*. CONVERSÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM DOMICILIAR. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CORRUPÇÃO DE MENOR. FALSA IDENTIDADE. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ILEGALIDADE. PRESENÇA. *HABEAS CORPUS* CONCEDIDO.

1. Ainda que o Juiz tenha apontado motivo, a priori, considerado válido por esta Sexta Turma, para a decretação da prisão preventiva, ante a quantidade de droga, 64,550 kg de maconha, não trouxe nenhum fundamento específico que afaste a possibilidade de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar.

2. *In casu*, o indeferimento do pedido de conversão da prisão

preventiva em domiciliar se deu por fundamentação inidônea na medida em que vê-se como descabida a discussão de necessidade dos cuidados maternos à criança, pois condição legalmente presumida, e não devidamente justificada a insuficiência da cautelar de prisão domiciliar. Ao contrário, consta dos autos que a paciente é mãe de duas crianças, que possuem 6 (seis) e 3 (três) anos de idade, de modo que o excepcionamento à regra geral de proteção da primeira infância pela presença materna exigiria específica fundamentação concreta, o que não se verifica na espécie, evidenciando-se a ocorrência de constrangimento ilegal. **Precedentes.**

3. *Habeas corpus* concedido, para substituir a prisão preventiva da paciente RUTH DEMESIO FARIAS por prisão domiciliar com base no art.

318, V do CPP, o que não impede a imposição de necessárias medidas cautelares diversas de prisão, pelo Juízo de piso, por decisão fundamentada.

(HC n. 422.235/MS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 19/12/2017 – grifo nosso).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*, mas *concedo* a ordem, *de ofício*, para deferir a prisão domiciliar à paciente, nos termos da decisão proferida pela Suprema Corte, no julgamento do HC n. 143.641/SP, devendo as condições ser determinadas pelo Juízo da execução.

Comunique-se.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator